



CONVENÇÃO COLETIVA GARANTE A CORREÇÃO DOS SALÁRIOS, RESGATANDO PERDAS INFLACIONÁRIAS

Finalmente foi assinada a Convenção Coletiva de Trabalho 2021/2022 dos frentistas. O documento foi assinado entre o **SINPOSPETRO-BH** e o Minaspetro no último dia 7 de abril. O INPC acumulado em 12 meses para a nossa data-base de 1º de novembro/2021 registrou 11,08%. Depois de cerca de cinco meses de negociações difíceis com a representação patronal, o reajuste contemplou o INPC, sendo aplicado reajuste de 5,54% a partir de 1º de novembro/2021 e mais 5,25% a partir de 1º de janeiro/2022.

A forte pressão do Sindicato, que buscou reuniões de conciliação na Superintendência Regional do Trabalho, tendo recusado inúmeras propostas de arrocho nas mesas de negociações, garantiu também o reajuste de 11,08% sobre a cesta básica a partir de 1º de abril/2022, o pagamento da PLR pelo valor de R\$ 400,00 e manutenção de todas as demais cláusulas da Convenção Coletiva de Trabalho vigente.

O presidente do **SINPOSPETRO-BH**, Possidônio Valença, lamenta que a classe patronal dificulte uma negociação mais ágil da Convenção Coletiva, impedindo que os trabalhadores tenham o fim de ano com a possibilidade de festa natalinas e de confraternização. Possidônio, lembra que “infelizmente, nossas famílias passam natais magros e assistem a um desgaste salarial de longo prazo, sendo tão penalizados que chegamos a ter o próprio piso salarial superado pelo salário mínimo reajustado em 1º de janeiro”. Reforça que não precisávamos passar este sufoco, justamente trabalhadores que desenvolvem atividade considerada essencial e que passaram todo o tempo de pandemia expostos no trabalho, enfrentando todos os riscos inerentes ao labor e ainda de contaminação pela doença”. Superamos as dificuldades, mas a um custo alto pela insensibilidade em cumprir um atendimento de reajuste salarial que temos pleno direito. Esperamos que a nova direção da representação patronal mude a forma de tratamento nas relações de trabalho, para que o entendimento seja bom e justo para todos.



TABELA SALARIAL - REAJUSTE 11,08%	
jan/22	
FRENTISTA	
Piso Salarial	R\$ 1.339,57
Periculosidade	401,87
Total	R\$ 1.741,44
Hora Extra (Valor Hora)	R\$ 12,67
Hora Extra 100% (Valor Hora)	R\$ 15,83
FRENTISTA CAIXA	
Piso Salarial	R\$ 1.339,57
Periculosidade	401,87
Adicional caixa	R\$ 174,14
Total	R\$ 1.915,58
Hora Extra (Valor Hora)	R\$ 13,93
Hora Extra 100% (Valor Hora)	R\$ 17,41
FRENTISTA NOTURNO (Após 22:00h)	
Piso Salarial	R\$ 1.339,57
Periculosidade	401,87
Adicional noturno (Ref. 220 H)	R\$ 348,29
Total	R\$ 2.089,73
Hora Extra (Valor Hora)	R\$ 15,20
Hora Extra 100% (Valor Hora)	R\$ 19,00
FRENTISTA CAIXA NOTURNO (Após 22:00h)	
Piso Salarial	R\$ 1.339,57
Periculosidade	401,87
Adicional caixa	R\$ 174,14
Adicional noturno (Ref. 220 H)	R\$ 383,12
Total	R\$ 2.298,70
Hora Extra (Valor Hora)	R\$ 16,72
Hora Extra 100% (Valor Hora)	R\$ 20,90
PLR TOTAL - R\$ 400,00	
1ª Parcela (Folha de Abril/22)	R\$ 133,34
1ª Parcela (Folha de Maio/22)	R\$ 133,33
1ª Parcela (Folha de Junho/22)	R\$ 133,33
DIFERENÇAS SALARIAIS - RETROATIVO	
<i>Índices Gradativos</i>	
1 - Reajuste de 5,54% nos meses 11 e 12/2021, sobre salário de 10/21.	
2 - Reajuste de mais (+) 5,25% no mês 01/2022, sobre salário de 12/21.	
Frentista:	
* Diferença sobre Piso salarial de R\$ 200,43 (em média) relativa aos meses 11 e 12/21 (deverá ser acrescida dos adicionais: periculosidade, caixa, hora noturna, entre outros).	
** Diferença sobre Piso salarial de R\$ 200,46 (em média) relativa aos meses 01 a 03/22 (deverá ser acrescida dos adicionais: Periculosidade, caixa, hora noturna, entre outros).	
*** Trabalhadores que recebem acima do piso salarial, aplicar ÍNDICE gradativo conforme itens 1 e 2, sobre seu piso salarial.	
<i>Diferenças salariais deverão ser quitadas nas folhas de Julho, Agosto e Setembro/2022</i>	
CESTA BÁSICA (Abril/22) - R\$ 149,59	

UNIDADES DAS CENTRAIS SINDICAIS Pauta a DEFESA DE DIREITOS TRABALHISTAS E SOCIAIS

A Conferência da Classe Trabalhadora, realizada pelas centrais sindicais unificadas pauta a luta contra o desmanche dos direitos trabalhistas e por política econômica de recuperação do País. **Página 4**

AÇÕES DO SINDICATO BARRA CORTES DE DIREITOS

O SINPOSPETRO-BH impede o descumprimento de cláusulas de acordo praticado por várias empresas. **Pág. 2**



O ENTENDIMENTO É MELHOR PARA TODOS

Possidônio Valença - Presidente do SINPOSPETRO-BH

NOS ÚLTIMOS ANOS enfrentamos grande dificuldade nas negociações com a classe patronal até chegarmos assinar as Convenções Coletivas.

As reformas trabalhistas, mexeram com a intenção empresarial, vendo nas mudanças a oportunidade de cortar «custos» e aumentar sua margem de lucro. Isto significava retornar ao tempo da exploração, com desumana diferença nas condições de vida social, fazendo ressurgir as mazelas em bolsões de miséria. Cortar custos para o empresariado não estimulava a mobilizações para diminuir a carga tributária no País, ou por uma política econômica de governo que priorizem a produção. Os cortes seriam mais fáceis em cima dos trabalhadores, eliminando direitos sociais, permitindo a terceirização desenfreada, possibilitando o trabalho intermitente, onde o patrão se livra de pagamentos mensais de salários, banindo os contratos nos moldes da CLT.

Na ânsia de cortar custos o empresariado prefere o rendimento do dinheiro do que os frutos gerados pela produtividade. O patronato custa entender o prejuízo de seus negócios gerado pelo clima de insatisfação dos trabalhadores, pela exploração desenfreada da mão-de-obra que veste a camisa, que defende a empresa contra ameaças, que entende estar vivendo dignamente por uma parceria silenciosa com os objetivos da empresa.

Os patrões se perdem na exploração, criam o descontentamento pela péssima gestão humana e relações no trabalho deterioradas

pela ganância do lucro. Sem um planejamento e sem clareza nas propostas, a representação patronal impede inclusive a tentativa de intermediação do Ministério Público do Trabalho e da Superintendência Regional do Trabalho.

As dificuldades para uma Convenção justa deixam trabalhadores sem perspectiva de crescimento, na certeza de que valem menos do que o combustível que comercializam. Mesmo exercendo a atividade de frentistas com a responsabilidade por um serviço essencial, que não pôde parar durante uma pandemia de Covid, os frentistas não mereceram a consideração dos patrões. Foram vários natais sem confraternizarem com seus familiares, com salários defasados por períodos de até 20 meses, ao ponto de termos nosso piso salarial superado pelo valor do salário mínimo.

A vergonhosa gestão sem qualquer espírito de responsabilidade social vai sendo superada com muito sofrimento, com ameaças constantes a direitos como a PLR, as horas extras, cesta básica precária e tantas outras, como a escandalosa tentativa patronal de impedir o trabalho do Sindicato no contato com os trabalhadores em postos de combustíveis.

O sofrido aprendizado pode muito bem servir para que os patrões se organizem para uma gestão mais respeitosa e confiável, permitindo que tenhamos nosso trabalho valorizado e que nossas famílias possam viver de nossos salários e nossos direitos sem os atropelos e represamento das condições de sustentabilidade.

ATUAÇÕES DO SINDICATO EM BENEFÍCIO DOS TRABALHADORES

Não é nenhuma novidade que o SINPOSPETRO BH é uma representação atuante e diariamente seu corpo efetivo está na base levando informações para os trabalhadores, esclarecendo acerca de seus direitos, alertando contra todo tipo de excesso e principalmente aferindo sobre a correta aplicação da Convenção coletiva e demais itens da CLT e normas do trabalho vigentes.

Historicamente, este sindicato sempre foi marcado por exercer um forte trabalho de intervenção em prol do trabalhador. Considerando o alto índice de irregularidades nos postos e as inúmeras denúncias obtidas através das nossas ouvidorias temos buscado de forma emergencial diversas tratativas com as empresas, quer seja através das tratativas diretas, via plataforma Zoom e também de forma presencial, ou até mesmo através das Mediações, presididas pela Chefe da Superintendência Regional do Trabalho, Dra. Alessandra Parreiras, temos conquistados grandes vitórias para a categoria. Inclusive, neste âmbito é válido também destacar a atuação do Ministério Público do Trabalho, que a partir das denúncias encaminhadas pelo Sindicato tem instaurado vários procedimentos perante empresas irregulares. Em vista das mais variadas irregularidades foram firmados vários TAC's (Termos de ajustamento de conduta) em que os postos envolvidos assumiram o compromisso de regularização das matérias pendentes. Há ainda em curso perante o órgão alguns inquéritos civis e outras investigações afetas à empresas que insistentemente não cumpre as normas de trabalho.

Diariamente, esta entidade recebe inúmeras denúncias de irregularidades e como procedimento de trabalho, primeiramente encaminha à representação patronal uma notificação para ciência e esclarecimento dos fatos ora demandados. Infelizmente, boa parte das empresas notificadas agem indiferentes e permanecem confortáveis em suas posições de exploração e abuso da classe operária. Deixando de cumprir assim o mínimo necessário estabelecido em lei. É diante dessa realidade que temos insistentemente lutado. A nossa luta é contra a indiferença de alguns patrões que mesmo agindo na ilegalidade insiste em dizer que “paga tudo certinho e que a empresa anda de acordo com a lei.” Para desmascarar isso, os números ao lado revelam o quanto alguns postos de Serviços de Combustíveis carecem de adequações, tanto no âmbito trabalhista, quanto estrutural, e seus representantes precisam entender isso.

TAC's PARA FAZER CUMPRIR - As ações do Sindicato contra o descumprimento de direitos pelos patrões está cada dia mais intensa. Entre 2021/2022 foram realizados TAC's perante o MPT com mais de 110 empresas, entre BH e região metropolitana. As sonegações de direitos mais frequentes são proibição de acesso do Sindicato aos trabalhadores, irregularidades relacionadas a EPI's, sonegação de Vale Transporte e vale alimentação, descumprimento de NR's, não registro em carteira, assédio moral. Muitos grupos econômicos ficaram sujeitas a multas elevadas para cada caso de irregularidade.

CESTA BÁSICA – Este é um direito do trabalhador conquistado pelo Sindicato. Várias empresas cometeram a irregularidade de realizar cortes no benefício e foi necessária ação do Sindicato para normalização do direito. Entre o segundo semestre de 2021 até o 1º semestre de 2022, foram realizadas mais de 30 intervenções, inclusive com mediação do Ministério do Trabalho, onde alcançamos o reembolso para os trabalhadores prejudicados com as mudanças feitas de forma arbitrária.

NEGOCIAÇÕES CONSTANTES – O Sindicato participa intensamente de negociações com as empresas através de reuniões eletrônicas, por meio de plataformas virtuais. São cerca de 20 reuniões virtuais mensalmente, onde são tratados direitos como descontos irregulares por cortes irregulares, assalto, roubos, fuga até ausência de banquinho nas pistas. Realizamos também 14 mediações no Ministério do Trabalho, buscando solução para diversos descumprimentos de convenções, como pagamento de horas extra, descontos indevidos por quebra de caixa, PLR, adicional noturno, hora ficta, não pagamento de piso salarial e outros.

CUSTO DO FRENTISTA MOSTRA A EXPLORAÇÃO PATRONAL NOS POSTOS

Um estudo divulgado pelo Dieese em outubro de 2021 desmancha qualquer argumento patronal sobre o “custo do trabalho frentista” no preço dos combustíveis. Pelo estudo, caso demita os frentistas e obrigue o próprio consumidor a abastecer os seus veículos, a redução do valor pago pelo consumidor seria de 1,7% no preço do combustível, ou seja, em um litro de gasolina de R\$ 7,40 a redução seria de R\$ 0,12 (Doze Centavos).

O estudo elaborado pelo Dieese demonstra a total falta de fundamentos de projetos que tramitam no Congresso com tentativas de implantação no País do “autosserviço” nos postos, com a demissão de cerca de 500 mil frentistas, para que o próprio consumidor abasteça seu carro. Segundo o Dieese, “a escalada de preços dos combustíveis, sem que os salários dos frentistas tivessem acompanhado tal elevação, certamente reduziu o custo relativo do trabalho na formação do preço final dos combustíveis. Esta participação do trabalho no custo final ficou ainda mais achatada com o arrocho nos salários, fazendo com que nosso piso salarial chegasse mesmo a ser superado pelo salário mínimo.

A população brasileira convive com a grande escalada nos preços dos combustíveis. Em acordo com o governo federal, “a Petrobrás passou a alterar sua política de preços e adotar o preço internacional do barril de petróleo, mais os custos de importação e a taxa de câmbio para a fixação dos preços praticados em suas refinarias. Passou a praticar uma “política de paridade de preços de importação”, denominada por ela de PPI, repassando ao consumidor, em curto espaço de tempo, não apenas um preço mais elevado, descolado de seus custos de produção, como também todas as variações subseqüentes dos preços dos derivados no mercado internacional”.

O Dieese lembra que “a insatisfação dos consumidores com o comportamento dos preços dos



combustíveis no Brasil e o debate público que vem sendo travado em busca de soluções para o problema, decorrem de um movimento de forte alta dos preços dos derivados”. Tramitam no Congresso Nacional projetos que imputam aos gastos com trabalhadores a responsabilidade dos preços altos.

Em 16 de abril de 2019, o deputado Vinicius Poit (Novo-SP) propôs, através do Projeto de Lei (PL) 2.302/2019, a revogação da Lei 9.956, de 12 de janeiro de 2000, que proíbe a instalação de bombas de autosserviço nos postos de combustível que operam no território nacional. A este PL foram apresentados diversos outros projetos de teor equivalente. Dentre eles, o PL 2.792/2019, do deputado Kim Kataguiri (DEM-SP). Kataguiri argumenta que “o preço dos combustíveis no Brasil atingiu níveis alarmantes, gerando enorme

pressão inflacionária e insatisfação popular” e conclui que a medida permitirá “que os postos de gasolina possam operar de forma automatizada, sem frentistas. Com isso, pretendemos reduzir o valor dos combustíveis”. O deputado não enxerga a política internacional de preços e nem a cobrança altíssima de ICMS pelos estados, que ultrapassam alarmantes 33%, como é o caso de Minas Gerais. O texto do projeto e seus apensados receberam parecer contrário, apresentado pelo deputado Daniel Almeida (PCdoB-BA) na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP) da Câmara dos Deputados”.

Posteriormente, foi redistribuído à Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (CDEICS) sob relatoria do deputado Augusto Coutinho (Solidariedade-PE).

Preços dos combustíveis dolarizados

Continua o Dieese: “Em decorrência da política de preços, a alta das cotações internacionais do petróleo e a desvalorização cambial do real, em 2021, têm causado fortes impactos no orçamento dos consumidores e na taxa de inflação, considerando-se a importância destes produtos para o conjunto da economia. Como exemplo, apenas nos nove primeiros meses de 2021, nas refinarias, a gasolina subiu 45,7% e nos postos de revenda, subiu 35,5%. Em igual período, o óleo diesel subiu 50,9% nas refinarias da Petrobrás e 31,5% nos postos de revenda. A título de comparação, no mesmo período, a taxa de inflação acumulada, medida pelo INPC - IBGE, ficou em 5,94%.

Por este estudo, percebe-se que a participação do setor de postos de revenda, em junho de 2021, representou 8,4% do preço final ao consumidor, sendo que a participação das refinarias e do biodiesel cresce na mesma proporção do preço final.

A UNIDADE DE TODAS AS CENTRAIS NA DEFESA DOS DIREITOS TRABALHISTAS

As centrais brasileiras que representam os trabalhadores se uniram no último dia 7 de abril, quando foi realizada a “Conferência da Classe Trabalhadora” e definida uma pauta de luta unificada para superarmos “o caos instalado no país por um governo que aprofundou o desemprego e a pobreza, aumentou a carestia e a fome, deixando milhões no desalento e abandono, confrontou a ciência e a saúde na pandemia, sabotou vacinas e o SUS”.

A Pauta aprovada pelas centrais apresenta à classe trabalhadora e a toda a sociedade um conjunto de propostas que espelham o modelo de desenvolvimento necessário para o Brasil, gerar empregos de qualidade, crescimento dos salários, proteção dos direitos trabalhistas, combate às desigualdades, proteções sociais e previdenciárias, a defesa da democracia, da soberania e da vida.

Em nota conjunta das centrais, o documento destaca que “os números comprovam a destruição enfrentada pelo Brasil e pelos brasileiros: hoje, desempregados, subocupados em bicos e pessoas fora do mercado de trabalho, mas que precisam trabalhar, somam 29,1 milhões, ou seja, 25% da força de trabalho brasileira ou está sem emprego ou está no subemprego. 41 milhões de trabalhadores são informais; no setor privado, 1 a cada 4 trabalhadores não tem carteira de trabalho assinada”. Assinala ainda que “enquanto os juros sobem a dois dígitos, 116,8 milhões de brasileiros não têm acesso pleno e permanente a alimentos. Desses, 19 milhões passam fome. A morte por Covid já matou mais de 630 mil pessoas, volta a subir e o governo questiona a vacinação de crianças. Não aceitamos e não queremos esse modelo de país!”

A categoria frentista esteve representada na Conclat. Entre as 63 propostas da Conferência, o item 29 prevê a proteção dos trabalhadores frentistas contra o processo de inovação tecnológica, principalmente a danosa tentativa de implantação do “self service” nos postos de combustíveis.



Governo sabota a estrutura de fiscalização trabalhista

A direita e o patronato não se dão satisfeitos com a destruição de direitos sociais e dos trabalhadores, desde a reforma de Temer em novembro de



2017 e aprofundada no governo Bolsonaro com várias minireformas e a tragédia nas regras da Previdência Social. Além de eliminar ou flexibilizar direitos garantidos em leis, agora Bolsonaro pratica mais ataque feroz à fiscalização trabalhista, desviando recursos de infrações trabalhistas antes destinado a grupos de fiscalização do próprio governo para o Fundo de Defesa dos Direitos Difusos (FDD) ou ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

As estruturas de fiscalização têm forte dependência de decisões de Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) assinados pelas empresas com o Ministério Público do Trabalho (MPT) em ocasiões de determinação de cumprimento de leis e direitos oriundos de acordos coletivos de trabalho.

A mudança de destinação destas verbas passou a acontecer logo que Bolsonaro criou o Ministério do Trabalho e da Previdência, depois de ter sido extinto por ele próprio no início do governo. A medida, conforme vem apontando auditores, integrantes do MPT e da Justiça do Trabalho, poderá paralisar as fiscalizações de acidentes de trabalho, como também de trabalho escravo e infantil.



COMUNIQUE-SE COM O SINPOSPETRO BH

SEDE DE BELO HORIZONTE - Av. Afonso Pena, 748 – salas 401, 404 e 405 – Centro - Belo Horizonte-MG - CEP 30130-003 – Tel (31) 3212-5112 / 3271-2902

SEDE REGIONAL DE SETE LAGOAS

Rua D. Pedro Luiz, 210 – sala 208 – Ed. Liberal – Centro - Sete Lagoas-MG – Tel (31) 3771-3532

SEDE REGIONAL DE DIVINÓPOLIS

Av. 1º de junho, 420 – Sala 11 – Ed. Paulo VI – Centro - Divinópolis-MG – Tel (37) 3213-2699